

QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A

Av. Antônio Frederico Ozan, 101, 3º andar, bairro São Luís, Canoas, RS, CEP 92420-360.

CNPJ: 49.035.310/0001-30

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração Resultado Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório dos Auditores Independentes.

Demonstrações divulgadas no site em **31/03/2024**.

<https://querocred.com.br/politicas/>

A Diretoria da **QUEROCRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora de Crédito

PAULO EDUARDO PEREIRA
CRC SC 030018/O-3

Termo Declaratório

Eu, GIOVANA STEFANI ZAFFARI, brasileira, controladora e diretora administrativa financeira de empresas, portador do CPF sob nº 017.112.970-97, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2024

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora de Crédito

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: QUEROCRED SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

ATIVO

	31.12.2023	31.12.2022
	-----	-----
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
Disponibilidades (Nota 3)	1,00	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	638.944,05	2.000.000,00
Operações de crédito (Nota 5)	514.052,61	-
Outros créditos	6.223,00	-
	-----	-----
Total do circulante	1.159.220,66	2.000.000,00
Realizável a longo prazo		
Operações de crédito (Nota 5)	533.868,63	-
	-----	-----
Total do não circulante	533.868,63	-
	-----	-----
Total do circulante e não circulante	1.693.089,29	2.000.000,00
PERMANENTE		
Imobilizado (Nota 6)	9.542,97	-
	-----	-----
Total do permanente	9.542,97	-
	-----	-----
Total do ativo	1.702.632,26	2.000.000,00
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

PASSIVO

	31.12.2023	31.12.2022
	-----	-----
CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
Outras obrigações (Nota 7)	55,43	-
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	6.938,70	-
Provisão para pagamentos a efetuar (Nota 9)	11.647,26	-
	-----	-----
Total do circulante e não circulante	18.641,39	-
	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social (Nota 10)	2.000.000,00	2.000.000,00
Prejuízos acumulados	(316.009,13)	-
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.683.990,87	2.000.000,00
	-----	-----
Total do passivo e patrimônio líquido	1.702.632,26	2.000.000,00
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	31.12.2023		31.12.2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas operacionais			
Rendas de operação de crédito	129.520,72	136.465,91	-
Rendas com títulos e valores mobiliários	60.000,39	142.535,56	-
Rendas com prestação de serviços	15.964,80	19.968,10	-
Total receita operacional	205.485,91	298.969,57	-
Despesas operacionais			
Despesas de pessoal	(112.508,66)	(187.817,11)	-
Despesas de processamento	(104.211,40)	(149.452,44)	-
Despesas de promoções e relações públicas	(3.574,00)	(7.369,50)	-
Despesas com propaganda e publicidade	(20.716,00)	(70.417,67)	-
Despesas de serviços de sistema financeiro	(965,78)	(1.373,93)	-
Despesas de serviços técnicos	(96.571,52)	(140.037,27)	-
Despesas tributárias	(693,44)	(749,61)	-
Despesas de viagem	(501,67)	(526,67)	-
Outras despesas administrativas (Nota 11)	(4.045,37)	(16.181,86)	-
Aprovisionamentos e ajustes	(5.882,80)	(7.483,49)	-
Outras despesas operacionais	(29.007,58)	(33.569,15)	-
Total das despesas operacionais	(378.678,22)	(614.978,70)	-
Resultado operacional	(173.192,31)	(316.009,13)	-
Prejuízo do semestre/exercício	(173.192,31)	(316.009,13)	-
Ações em circulação no final do exercício	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Prejuízo por ação – R\$	(0,086)	(0,158)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	31.12.2023		31.12.2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Prejuízo do semestre/exercício	(173.192,31)	(316.009,13)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	(173.192,31)	(316.009,13)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

	Capital Social	Prejuízo Acumulado	Total
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Integralização de capital	2.000.000,00	-	2.000.000,00
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.000.000,00	-	2.000.000,00
Prejuízo do exercício	-	(316.009,13)	(316.009,13)
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000.000,00	(316.009,13)	1.683.990,87
Saldos em 30 de junho de 2023	2.000.000,00	(142.816,82)	1.857.183,18
Prejuízo do semestre	-	(173.192,31)	(173.192,31)
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000.000,00	(316.009,13)	1.683.990,87
	=====	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022****(Em reais)****CNPJ: 49.035.310/0001-30**

	31.12.2023		31.12.2022
	2º Semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do semestre	(173.192,31)	(316.009,13)	-
Ajustes por:			
Depreciação	1.078,33	1.920,23	-
Provisão para risco de crédito	4.804,47	5.563,26	-
Redução (aumento) da variação de ativos:			
Títulos e valores mobiliários	1.075.169,79	1.361.055,95	(2.000.000,00)
Operação de crédito	(901.727,00)	(1.053.484,50)	-
Outros créditos	(6.223,00)	(6.223,00)	-
Aumento (redução) da variação de passivos:			
Fornecedores	(4.296,07)	-	-
Outras obrigações	(92,64)	55,43	-
Fiscais e previdenciárias	1.559,30	6.938,70	-
Provisão para pagamentos a efetuar	4.279,33	11.647,26	-
Caixa líquido das atividades operacionais	1.360,20	11.464,20	(2.000.000,00)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de ativo imobilizado	(1.360,20)	(11.463,20)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.360,20)	(11.463,20)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização de capital	-	-	2.000.000,00
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-	2.000.000,00
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	1,00	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	1,00	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	1,00	1,00	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em reais)

CNPJ: 49.035.310/0001-30

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Querocred Sociedade de Crédito S.A. (“Companhia” ou “Querocred”) tem por objeto social realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio, bem como prestação de serviços de análise de crédito e cobrança extrajudicial para terceiros.

A Companhia foi constituída, de acordo com o seu estatuto social em 13 de dezembro de 2021 e suas operações tiveram início em 01 de março de 2023. A Companhia está sediada na cidade de Canoas no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de novembro de 2022, a Querocred Sociedade de Crédito Direto S.A. obteve sua autorização pelo BACEN para funcionar como sociedade de crédito direto, de acordo com a publicação do Diário Oficial da União. Desta forma, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis às instituições regulamentadas por este regulador, inclusive no tocante a forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 06 de março de 2024.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de eventuais ativos e passivos financeiros, os quais são mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

2.2. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Disponibilidades

Disponibilidades incluem dinheiro em caixa, depósitos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Títulos e valores mobiliários

2.4.1. Classificação

(a) Ativos financeiros

A Companhia avalia e classifica seus ativos financeiros para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5. Operação de crédito

As operações de crédito estarão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN.

A provisão para risco de crédito está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

2.6. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá

margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota explicativa nº. 6. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11. Reconhecimento da receita

As receitas com rendas e serviços representam o valor faturado ou atualizado pelo regime de competência, recebido ou a receber pela operação de crédito no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos descontos incidentes sobre esta.

3. DISPONIBILIDADES

	31.12.2023	31.12.2022
Bancos conta movimento	1,00	-
	1,00	-
	=====	=====

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31.12.2023	31.12.2022
Certificados de depósito bancário (100% do CDI)	638.944,05	-
Vinculados ao banco Central	-	2.000.000,00
	638.944,05	2.000.000,00
	=====	=====

	0 a 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31.12.2023 Total	31.12.2022 Total
Títulos para negociação:					
Certificado de depósito bancário	638.944,05	-	-	638.944,05	-
Vinculados ao BACEN	-	-	-	-	2.000.000,00
	-	-	-	638.944,05	2.000.000,00
	=====	=====	=====	=====	=====

5. OPERAÇÃO DE CRÉDITO

	31.12.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	398.752,92	275.505,05	674.257,97	-	-	-
Financiamentos	118.120,57	261.105,96	379.226,53	-	-	-
(-) Provisão para perdas	(2.820,88)	(2.742,38)	(5.563,26)	-	-	-
	514.052,61	533.868,63	1.047.921,24	-	-	-
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

a) Composição por nível de risco:

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total 31.12.2023
Empréstimos e financiamentos	-	994.317,23	59.167,27	-	-	-	-	-	-	1.053.484,50
Total	-	994.317,23	59.167,27	-	-	-	-	-	-	1.053.484,50
% da carteira	-	94,38%	8,62%	-	-	-	-	-	-	-
Provisão	-	(4.971,59)	(591,67)	-	-	-	-	-	-	(5.563,26)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

6. IMOBILIZADO

	Equipamentos de Informática	Total
CUSTO TOTAL	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Aquisição	11.463,20	11.463,20
Baixas	-	-
Transferências	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.463,20	11.463,20
	=====	=====
DEPRECIACÃO ACUMULADA		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-
Depreciação	(1.920,23)	(1.920,23)
Baixas	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.920,23)	(1.920,23)
	=====	=====
Valor residual – 31/12/2023	9.542,97	9.542,97
	=====	=====
Taxa anual de depreciação - %	20,00	20,00
	=====	=====

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31.12.2023	31.12.2022
Operações de crédito - IOF	55,43	-
	55,43	-
	=====	=====

8. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	31.12.2023	31.12.2022
Irrf sobre serviços	281,25	-
Csrf – Contribuições	871,89	-
Inss sobre salários	3.300,79	-
Fgts sobre salários	911,05	-
Irrf sobre salário	-	-
Cofins	1.298,85	-
Pis	211,06	-
Iss	63,81	-
	6.938,70	-
	=====	=====

9. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

	31.12.2023	31.12.2022
Provisão férias	8.679,98	-
Provisão inss salários	2.273,69	-
Provisão fgts férias	693,59	-
	11.647,26	-
	=====	=====

10. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social, era de R\$ 2.000.000,00, dividido em 2.000.000,00 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma:

Sócios	Participação %	Quotas Quantidade	Capital Social
-----	-----	-----	-----
Rodrigo Stefani Guindani	25	500.000,00	500.000,00
Luiz Carlos Stefani	25	500.000,00	500.000,00
Diogo Stefani Guindani	25	500.000,00	500.000,00
Giovana Stefani Zaffari	25	500.000,00	500.000,00
Total	100	2.000.000	2.000.000
	====	=====	=====

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º Semestre 2023	31.12.2023	31.12.2022
	-----	-----	-----
Despesa gráfica cópias	(1.297,95)	(2.445,73)	-
Uniformes e vestuários	(787,00)	(3.565,90)	-
Pequenas imobilizações	(814,36)	(7.334,17)	-
Outras despesas administrativas	(1.146,06)	(2.836,06)	-
	-----	-----	-----
	(4.045,37)	(16.181,86)	-
	=====	=====	=====

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada internamente.

1. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O índice de Basileia em 31/12/2023 é de 136,54%.

2. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 4966/2021

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025.

Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros conforme critérios relativos a modelos de negócios, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problema de crédito.

A Lei nº 14.467/2022 altera, a partir da sua vigência, o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL.

Tanto a Lei 14.467/2022 quanto a Resolução 4966/2021 entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Instituição.

O Plano de Implementação do referido normativo está segregado em três linhas principais: Constituição de fóruns e comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação foi definido tendo como premissa a divisão do trabalho conforme os tópicos a serem implementados, em atividades a serem cumpridas que vão desde o início de 2023 até o final de 2024, sendo que ainda depende de normas complementares a serem emitidas pelo BACEN para adoção de critérios e metodologias opcionais. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados mais adiante, após a definição completa do arcabouço regulatório por parte do Banco Central do Brasil.

GIOVANA STEFANI ZAFFARI
Diretora Administrativa Financeira

PAULO EDUARDO PEREIRA
Contador
CRC 030018/0-3

QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2023

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício encerrado nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

A QUEROCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. foi constituída em 13 de dezembro de 2021 e suas operações tiveram início em 01 de março de 2023. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram auditadas nós e nem por outros auditores.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 08 de março de 2024.



Rosito & Filomena

Auditores Independentes
CRC/RS 3993 – CVM 9091

Jose Albino Filomena
Contador - CRC/RS 43.798

Cristian R Weschenfelder
Contador – CRC/RS 78.089